



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 39

Sessão Ordinária Abril

2.º Reunião em 26/04/2024

Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Sandra Maria Sindão Monteiro, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Emanuel Sousa Cardoso, Carlos Alberto Martins Nunes, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Manuel Simões Rodrigues. João Paulo Morais Sarmento Costa, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Celme Cristina de Jesus Tavares, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, e António Manuel Santos Salavessa, Faltou o deputado Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rui Jorge Soares Carneiro, e Rosa Maria Monteiro Venâncio. Faltaram os Vereadores João Filipe Andrade Machado e Luis Miguel Capão Filipe.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Francisco da Cunha Picado, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Manuel Simões Rodrigues, João Paulo de Morais Sarmento Costa, Celme Cristina de Jesus Tavares, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, e António Manuel Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Joana de Oliveira Teixeira, Beatriz Rodrigues Mota Carvalho, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Virgínia

Maria Melo Matos, António José Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, Isabel Alexandra da Conceição Marques, Jerónimo dos Santos Dias, Ana Cristina Valente Couras, e Olegário Augusto da Costa Rocha, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidente de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Henrique da Rocha Vieira, Fernando Tavares Marques, e Miguel António Costa da Silva, se fizeram substituir nesta reunião da sessão, por Sandra Maria Sindão Monteiro, Nuno Frederico Miranda Leite, Fernando Emanuel Sosa Cardoso, e Carlos Alberto Martins Nunes.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” para os restantes assuntos da Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

- Ponto 2 - Operação de Loteamento para Construção de Habitação a Custos Controlados, na Rua João Evangelista Lima Vidal, lugar da Presa, Freguesia de Santa Joana – P.O. 1008/2023;**
- Ponto 3 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2023, da Câmara Municipal de Aveiro;**
- Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de constituição da Empresa Municipal – “AVEIRO PARQUExPO, E.M., S.A.”;**
- Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de aquisição de terreno, sito na Rua da Castela, da Freguesia de São Bernardo, para Domínio Público Municipal;**
- Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de contrato de concessão de um espaço designado por Loja 9, sito na Estação Ferroviária de Aveiro, no âmbito do OPAD (projeto BiciBox);**
- Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta de afetação ao Domínio Público Municipal de duas parcelas sitas no Gaveto da Avenida de Santa Joana com a Rua do Loureiro, da União das Freguesias de Glória e Vera Cruz - P.O. 287/2022;**
- Ponto 8 – Prestação de serviços de limpeza e atividades conexas nas Unidades Funcionais de Cuidados de Saúde Primários, no CRI - Centro Respostas Integradas e Equipa de Tratamento de Aveiro e no Laboratório de Saúde Pública no concelho de Aveiro - autorização para a assunção de compromissos plurianuais;**
- Ponto 9 – Empreitada de reabilitação do Mercado de Santiago - autorização para a assunção de compromissos plurianuais;**
- Ponto 10 - Apreciação e votação da proposta de recomendação “Encerramento das grandes superfícies comerciais aos domingos e feriados à tarde”;**
- Ponto 11 - Apreciação e votação da proposta de recomendação à Câmara “Dia de acesso livre aos Museus de Aveiro, em fim-de-semana”;**
- Ponto 12 - Apreciação e votação das propostas de recomendação à Câmara “Gratuidade do Serviço BUGA 2 para Detentores de Passes de Transportes Públicos” e “Participação do município de Aveiro na Semana Europeia da Mobilidade”.**

Presidente da Mesa:⁰⁰⁴

“Boa noite a todos. Queria relembrar um pouco o que se passou ontem aqui. Estivemos a comemorar os 50 anos do 25 Abril, como o temos feito desde 2017 anualmente, mas com especial significado nos 50 anos da revolução. Quero agradecer aos que estiveram presentes. Aos Senhores Presidentes de Junta que estiveram e que eu ontem não referi e peço desculpa por esse lapso. Por outro lado, são membros da Assembleia, não são membros convidados.

Queria também agradecer aos Senhores Vereadores que estiveram presentes junto com o Senhor Presidente da Câmara nesse importante ato voluntário. E muito especialmente à nossa deputada e presidente de junta Ângela Almeida que fez um esforço grande para estar presente. E é muito bom, enfim, começarmos a ter deputados da nação por Aveiro presentes nos atos que nos dizem respeito. Bem-haja pelo esforço e pela sua presença.”

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos do Ponto 2 da *Ordem-do-Dia* da sessão

Ponto 2 - Operação de Loteamento para Construção de Habitação a Custos Controlados, na Rua João Evangelista Lima Vidal, lugar da Presa, Freguesia de Santa Joana – P.O. 1008/2023.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 04/04/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Enfim, de forma sumária, esta esta matéria que aqui vem da Câmara para a Assembleia Municipal e uma outra que não vem, ligada a uma outra operação análoga, localizada no Bom Sucesso na freguesia de Aradas, tem como génese o pagamento de uma dívida, de um conjunto de dívidas, da Câmara à empresa Casais e, na altura, a Câmara entendeu fazer desta forma, pegar em património seu, valorizá-lo e pagar por essa via essas dívidas, criando um conjunto de regras de tipologia de ocupação destes terrenos, nomeadamente escolhendo a habitação a custos controlados e criando um conjunto de obrigações mútuas, de parte a parte.

Acontece que, enfim, as partes não cumpriram boa parte das suas obrigações, nomeadamente no respeito ao cronograma e nós próprios, viemos a saber desta matéria por ação da empresa Casais. E, portanto, quando empresa vem ter connosco e conversámos com a empresa, tomámos consciência do que acontecia e obviamente, colocámos os serviços à procura do dossier e a pensar em tudo isto e no que havíamos de fazer.

É evidente que entendemos que há uma questão ética que não devemos desonrar. É evidente que a Câmara podia ter acionado as cláusulas de reversão se tivesse cumprido as suas obrigações que estavam no contrato, mas, enfim, nós entendemos que eticamente fez bem não o fazer, porque está em causa o pagamento de uma dívida. Não é exatamente um terreno que se vendeu em hasta pública que não se cumpriu as obrigações e que acionamos uma cláusula de reversão. Aqui está em causa terrenos que foram alvo, foram utilizados, para pagar dívidas e, portanto, negociámos com a empresa.

No fundo, revitalizamos os dois processos, mantendo o mesmo carácter, o mesmo objetivo de ocupar os terrenos com habitação a custos controlados. No fundo, aquilo que já era

pertinente à data, enfim, não sei se hoje é mais ou menos, seguramente é muito pertinente aumentarmos a oferta de habitação a custos controlados, como temos, enfim, debatido tantas vezes e como está também definido no plano municipal de ambiente habitacional e pronto. Foi o que acordámos com a empresa. Revitalizar estes dois processos, o outro não tem de vir à Assembleia, porque aquilo está em causa é simples demais, é um arruamento que está consolidado, é um licenciamento tão normal como qualquer outro. Este não. Como está no processo há envolvimento de permuta de terrenos, porque entendemos alterar o estudo urbanístico, dado que, enfim, da análise que fizemos, as implantações definidas nos prédios não eram corretas e, portanto, até há uma ligeira redução da quantidade de construção e obviamente há um conjunto de obrigações. Uma boa parte do nosso terreno é para a empresa construir outra parte é para a empresa construir as infraestruturas todas que, obviamente, no fim são entregues à Câmara Municipal e, portanto, é este deve e haver que está aqui em causa.

Obviamente que, existindo um movimento de desafetação do domínio público esta matéria carece da autorização da Assembleia Municipal, sabendo que, obviamente, há a consulta pública, enfim, todos os procedimentos que temos para fazer. Mas, pronto, de forma sumária, entendemos que é um bom exercício resolvermos estes dois problemas, enfim, num quadro de compromisso que tem cronograma também, como entendemos que não pode deixar de ser. E pronto, numa lógica de zelarmos em primeiro lugar nós Câmara e seguramente a empresa Casais tem esse compromisso connosco, para que estes dois objetivos se cumpram e nós possamos por aqui entregar ao mercado mais 48 fogos de habitação a custos controlados.

Portanto é neste quadro que esta matéria é presente na assembleia municipal, e obviamente estarei disponível para qualquer questão que entendam por bem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

“Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, deputados e todos os que estão a seguir esta Assembleia. Esta operação visa regularizar uma relação contratual devedora por parte de uma empresa. E também, como é conhecimento de todos, a escassez de habitação a preços acessíveis para um número alargado de pessoas tem vindo a verificar-se em Aveiro o que contribui para um aumento dos preços das casas disponíveis no mercado.

Neste contexto, esta operação de loteamento para construção a custos controlados é de grande importância, dando o seu contributo para oferta de habitação, pelo que o voto do PPM será a favor.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Cumprimentar todos os que estão aqui presentes, Vereadores, Câmara, Mesa da Assembleia, Senhores deputados municipais, público e todas as pessoas que nos acompanham através da transmissão on-line.

Acerca deste ponto eu queria primeiro que tudo agradecer as explicações do Senhor Presidente da Câmara que puseram em cima da mesa a essência da deliberação municipal. Coisa que não é clara nem na convocatória nem no conjunto do documento. Embora no documento referira aquilo que é competência exclusiva da Assembleia Municipal. Não pretendo dar nenhuma lição ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque não precisa, não necessita delas, mas talvez fosse útil, quando faz uma ordem de trabalhos que seja claro para a Assembleia aquilo que é objeto de deliberação.

O que consta da ordem de trabalhos “operação de loteamento” nem sequer é uma competência da Assembleia Municipal, nas situações em que existe um Plano Diretor Municipal em vigor. As operações de loteamento são da responsabilidade da Câmara Municipal, não são da Assembleia. E isto apenas veio aqui por causa da desafetação.

Por isso, na minha opinião, um título chamado desafetação dos terrenos do domínio público municipal por forma a possibilitar a operação de loteamento, seria o mais adequado. Mas repito, é apenas uma opinião, não pretendo dar lições a ninguém.

Portanto há um Plano de ordenamento do território em vigor, ouvimos agora da boca do Senhor Presidente que o que está a ser submetido ao voto da Assembleia é apenas a desafetação de terrenos do domínio público municipal, de forma a possibilitar a operação de loteamento.

Posto isto, e tendo em conta que é também o resolver de uma situação que se arrasta desde 2001 e que em nada abona a favor de ninguém e o facto de que o que está em conta é a desafetação, nós damos o nosso voto favorável a esta desafetação. E esse nosso voto não significa que apoiamos a política global de habitação da Câmara Municipal, nem sequer significa apoio global aos insuficientes objetivos e dotações do programa municipal de desenvolvimento habitacional.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) [009](#)

Vogal Celme Tavares (BE): [010](#)

Vogal Jorge Greno (CDS) [011](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [012](#)

“Boa noite a todos, na pessoa do senhor presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos, a Câmara e todos os todos os deputados, bem como todas as pessoas que estão aqui a assistir e os que estão em casa. A bancada do PS vai votar favoravelmente a operação de loteamento para a construção de habitação a preços, a custos controlados. Contudo, há aqui algumas pequenas notas que gostaríamos de deixar no atual contexto de grave crise habitacional, apoiamos todas as ações que pretendam dar resposta à mesma. Sendo as habitações a custos controlados, construídos com o apoio financeiro do Estado, que concede benefícios fiscais e financeiros para a sua promoção e destinando-se a habitação própria e permanente dos adquirentes ou a arrendamento, pensamos que poderá contribuir para o acesso à habitação daqueles cuja condição de recursos é baixo.

A habitação é um direito que no nosso município é sonogada às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional e que enfrentou obstáculos profundos à sua inclusão e autonomia, como sejam a pobreza, o desemprego, a discriminação e a falta de qualificações.

A Câmara Municipal de Aveiro não elaborou uma estratégia local de habitação, obrigatório, nos casos de apoios a conceder ao abrigo do primeiro direito, programa de apoio ao acesso à habitação. É um dos poucos municípios do país impedido de aceder a estes apoios e que impede os seus municípios mais carenciados de beneficiarem dos mesmos. Em Aveiro há cerca de 1000 famílias inscritas para atribuição de habitações em regime de arrendamento controlado. A inexistência da estratégia local de habitação impede estas e outras famílias terem acesso àquilo que é a mais eficaz medida da ação social, a habitação digna.

É preciso dizer que a Câmara Municipal não resolve problemas de habitação e problemas urbanísticos porque não tem uma estratégia local de habitação. Não é o programa que a Câmara Municipal apelida de programa municipal de desenvolvimento habitacional que substitui uma estratégia local de habitação. Ele não permite o acesso ao primeiro direito, programa de apoio ao acesso à habitação que tão útil é, não só para aqueles que tenham

menos recursos, como também para os privados, como pretendem fazer obras de restauro de manutenção, ou requalificação das suas casas. Isto fique bem claro.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Obrigado, Senhor Presidente. Queria saudar a Mesa, a Câmara, O Senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, público que assiste aqui e em casa. Queria realçar aqui a dinâmica que o Senhor Presidente da Câmara está a fazer relativamente à habitação. Sobretudo habitação a custos controlados. O que permite preços mais baixo, naturalmente, e que permitirá também habitação com rendas acessíveis. Eu penso que este contencioso que existia com esta empresa e a sua resolução, criando um núcleo habitacional, é uma mais valia e, portanto, queria realçar o seu empenho neste ato.

Queria também ao abrigo do programa municipal de desenvolvimento habitacional levantar a questão, porque este programa deve abranger e acho que o Senhor Presidente o deve fazer possível, para que ela abranja mais freguesias, sobretudo tendo em conta a mobilidade das pessoas. E, portanto, faz todo o sentido na minha opinião que junto ou perto de zonas industriais e serviços, haja alguma concentração de habitação a custos controlados que também possa servir para renda acessível. É fundamental que isso aconteça em vários sítios, até porque permitirá, além de beneficiar a mobilidade, evitar os constrangimentos que estão cada vez maiores, nas zonas industriais e de serviços de modo a que as pessoas possam ir em meios suaves para os seus empregos e no retorno, as suas casas.

Há benefícios fiscais para este trabalho de construção a custos controlados. Temos que os aproveitar Senhor Presidente. Exorto a que faça os possíveis, que sabemos que é capaz de dinamizar este processo.

Deixava aqui, no âmbito da fiscalidade, não sei se a Câmara tem alguma hipótese de poder também interferir que é, nos coeficientes de localização do IMI, porque há zonas habitacionais localizadas junto de algumas indústrias, junto de alguns meios de comunicação, como sejam, por exemplo, linha do Norte, A25, em que o barulho que é causado por estas vias e também por algumas indústrias, cria algum constrangimento, sobretudo a nível de poluição sonora, relativamente a estes habitantes. Não sei se também aqui ao nível dos coeficientes de localização das casas, é possível fazer alguma coisa para beneficiar também essas pessoas que também não se concentram só na cidade, mas se desenvolvem no município. Penso que é essa também a função da Câmara Municipal.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

“Boa noite a todos na pessoa do senhor Presidente da Mesa, cumprimentar os presentes e os que nos ouvem online. Neste ponto, trata-se de um loteamento de habitação a custos controlados que cruza, prossegue um dos eixos do programa municipal de desenvolvimento habitacional. Para nós é uma questão de ética pois é uma dívida que está em causa. Não havia possibilidades de regressão porque a dívida mantinha-se. É uma questão ética. Devia-se tem que se pagar. Resolve então dois problemas. Resolve o problema da dívida e cria habitação a custos controlados. São mais 46 fogos que se juntam os 320 e obra e aos perto de 100 da Luzostela. Perfaz cerca de 500 fogos habitacionais a custos controlados. Este é um eixo do programa municipal de desenvolvimento e de habitacional que uns gostam outros não gostam. Mas já traz para o mercado e para os cidadãos e para quem precisa cerca de 500 fogos habitacionais a custos controlados, com redução de custos de compra ou de arrendamento.

Este é o caminho que a Câmara Municipal de Aveiro elaborou e que o PSD apoia. Logo o PSD votará favoravelmente este ponto que cria mais 46 fogos de habitação a custos controlados.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[015](#)

Membros da Assembleia

Vogal Ana Seíça Neves (PS)[016](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[017](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[018](#)

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação[019](#) Ponto 2 - Operação de Loteamento para Construção de Habitação a Custos Controlados, na Rua João Evangelista Lima Vidal, lugar da Presa, Freguesia de Santa Joana – P.O. 1008/2023, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CH1+PS5+PAN2+PCP1), duas abstenções (BE2) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto

Ponto 3 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2023, da Câmara Municipal de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 28/03/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[021](#)

Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta[023](#)

“Neste terceiro ponto, Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, a Câmara Municipal de Aveiro, apresenta em termos de gestão financeira resultados muito positivos. Estes resultados estão demonstrados através de vários indicadores. Vou destacar apenas alguns. No ano de 2023 a execução da despesa e da receita aumentou significativamente em relação ao ano anterior. O aumento das despesas de capital foi muito superior ao aumento das despesas correntes. O Saldo de Gerência apurado foi inferior ao ano anterior cerca de 30% face a 2022.

Estes dados evidenciam a dinâmica das ações propostas por este executivo e mostram o fortalecimento das Contas. Esta estratégia de investimento consistente executada em várias áreas e financiadas em parte por fundos comunitários. Áreas como a Educação com a

requalificação de escolas básicas em várias freguesias do concelho. A Saúde com a finalização do acordo com o Governo para a descentralização de competências vai permitir avançar com investimentos como a ampliação e requalificação do Hospital de Aveiro; assim como continuar obras em várias unidades familiares de saúde do concelho de Aveiro; requalificação urbana como as obras do Rossio ou da Avenida 25 de Abril; os arranjos urbanísticos em Cacia, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima, Nariz, Eixo, Eirol; a requalificação do centro de Esgueira, entre outras obras. Investimentos na habitação, na Mobilidade e transportes e na Cultura.

Os resultados são evidenciados e são reconhecidos. Neste estudo realizado pela Markteste, estudo produzido com acesso a fontes oficiais, onde são variáveis o dinamismo demográfico, dinamismo económico e a qualidade de vida, Aveiro foi novamente distinguido como o melhor município do país em 2023.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁴

“Como é que é possível um documento que é igual para todos, seja possível ler de forma tão diferente! Antes de mais nunca será exagerado lembrar que a apreciação das contas e dos respetivos relatórios, na opinião do PCP, exige principalmente uma leitura política, naturalmente baseada em números. Sublinhamos, uma vez mais, a discrepância enorme entre a nível de execução das receitas correntes, face às receitas de capital. As correntes foram 77,5 milhões de euros e as de capital 21 milhões de euros.

Portanto quando se fala de um resultado positivo na média da execução orçamental, omite-se esta grande discrepância entre as receitas correntes que vem fundamentalmente dos bolsos dos cidadãos e das empresas do município e das receitas de capital que vem da capacidade da Câmara em angariar outras receitas seja por vendas, fundos comunitários, etc, etc. Ora a Câmara, consegue realizar mais de 100% das suas receitas, não vou dizer sacar porque é feio, mas daquilo que é obtido dos cofres dos particulares, mas não consegue ir assim tão longe na criação de receitas de capital, mesmo no ano em que se fechou o plano operacional da região centro e fechou o Portugal 20/20.

Portanto, mesmo neste ano de fecho a realização de despesas de capital ficou 50,96%, face aos 102,75% de receitas correntes.

Este desvio enorme, não me vou repetir, mas importa citar aqui as receitas correntes.

Os Impostos diretos, foram mais quase 12% do que o previsto, num total de 38,1 milhões de euros. Nestes impostos, à frente ficou o IMI com 19,1 milhões de euros arrecadados. O IMT com cerca de 10,2 milhões superou as previsões orçamentais em 13%.

Já a Derrama superou a previsão em 59% com 6 milhões arrecadados, comprovando que era possível atingir o objetivo para 2023 com uma taxa mais baixa.

O global dos impostos diretos o valor passou, em três anos, de 30,3 milhões para 38,1 milhões. Perto de mais 3 milhões por ano a mais só em impostos diretos.

Estes números demonstram que já tinha sido perfeitamente possível aliviar as taxas dos impostos diretos que foram cobradas aos cidadãos em 2023, sendo incontornável a exigência da sua redução, apesar do passo dado para 2024 com o IMI.

As Contas demonstram a incapacidade, ano a ano, a repetida incapacidade de conseguir arrecadar um nível de receitas de capital mais satisfatório. A superação das receitas correntes orçamentadas colide, com estrondo, com os 50% de execução das receitas de capital.

Este grau de execução de 50% ou significa incapacidade de execução ou significativa falta de rigor na previsão orçamental. Das duas, uma.

Esta situação reflete-se principalmente na concretização das funções sociais do município.

Na área sensível que é a habitação, verificou-se uma quebra apesar nos valores investidos, de 2,6 milhões para apenas 1 milhão. Menos de 1% do total das receitas municipais. 1 milhão e 23 mil euros é um valor ridículo se comparado com os 19 milhões do IMI mais os 10 milhões do IMT.

Mesmo na Educação, tantas vezes apresentada como referência, a taxa de execução orçamental do investimento quedou-se pelos 36% do orçamentado, prova do irrealismo do Plano de Atividades.

Apesar do aumento das competências descentralizada, a verba atribuída em termos de transferências correntes a quem está diretamente no terreno, junto das populações (associações, clubes desportivos, IPSS, corporações de bombeiros e outras), aumentaram cerca de 20% para 5,6 milhões, ficando ainda abaixo dos 6,3 milhos distribuídos em 2021 (ano de eleições autárquicas).

Também as freguesias, apesar dos sucessivos acréscimos de competências, receberam apenas 2 milhões e 65 mil euros, menos de 2% do total das receitas e apenas mais 330 mil euros que em 2020. Muito longe dos cerca de 10% que é aplicado em muitos municípios do país.

Aquilo que continua a crescer exponencialmente, com esta gestão, é a verba gasta em eventos e pseudo eventos, de retorno duvidoso e que malbaratam recursos que poderiam ter muito melhor utilidade no exercício das funções sociais. Vou concluir. Dizer que ainda nesta sessão conto apresentar exemplos destes gastos em pseudo eventos, em nome do PCP evidentemente, dando exemplos do exagero que está a assumir esta rubrica dos eventos.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰²⁵

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁶

“Obrigado Senhor Presidente. Ao lermos este relatório de gestão e prestação de contas, são resultado de opções políticas, quer na obtenção da receita, quer na sua execução e investimentos, com alguns dos quais já manifestámos a nossa discordância. Verificamos que há efetivamente um grande investimento em obras, algumas destas, de natureza questionável, onde existe uma grande aposta no cimento onde são cada vez menores os espaços verdes.

Não podemos também deixar de verificar neste relatório se encontram afirmações que não correspondem à realidade. Na página 29 na área dos animais de companhia, continuamos a ler o relatório, após relatório, ano após ano, as mesmas frases em copy paste, sem representação prática, pois a Câmara não exerce a gestão cuidada dos animais abandonados, que afirma fazer.

Para além de que, conforme diz o relatório, continua a acompanhar no âmbito da CIRA, ano após ano, o processo que visa a execução da obra do Centro Intermunicipal de recolha oficial de animais e, como sabemos, este continua a não ver a luz do dia.

O Senhor Presidente informou-nos na semana passada que o projeto de execução do canil se encontra em fase de licenciamento. Veremos quanto mais tempo irá este processo levar. não deixa de ser irónica afirmação na página 26 de que a Câmara Municipal prosseguiu, e passo a citar, a gestão do programa de manutenção e expansão dos parques infantis do município, em equipa, repito, em equipa, com juntas de freguesia do âmbito da delegação de competências (fim de citação), quando na última Assembleia Municipal se utilizou esta mesma delegação de competências para rejeitar a proposta que o PAN aqui apresentou para uma rede de parques infantis inclusivos, alegando que os parques infantis era da exclusiva responsabilidade das juntas de freguesia.

Lendo este relatório, vemos muitas operações de cosmética, não temos uma visão integrada do que deve ser o investimento em mobilidade suave num município moderno. Não existiu

em 2023, nem existe no presente um compromisso, nem investimento significativo para fazer face aos desafios que temos pela frente, em termos de alterações climáticas. Pelo contrário, temos município onde são cada vez mais feitas obras que levam uma cada vez maior impermeabilização dos solos, onde espaços verdes são cada vez menores. O nosso voto será contra.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal sucedâneo João Paulo Morais Sarmiento Costa)

Vogal Celme Tavares (BE)⁰²⁷

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰²⁸

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁹

“Boa noite a todos. Cumprimentar o Senhor Presidente e na sua pessoa todos os presentes e os que nos seguem. Já aqui foi dito, de facto, em relação à taxa de execução parece-me realmente interessante e comprova que o Senhor Presidente executou de 75% daquilo que disse que vinha fazer. O problema está no que disse que vinha fazer, essa é a grande questão que faz divergir, nomeadamente o PS da coligação, legitimamente, da coligação que Vossa Excelência governa.

Diríamos assim. a cidade este ano ficou melhor! Este ano ficou, curiosamente, porque terminaram uma série de obras que, por serem obras por si próprias, criavam engulhos na cidade ainda mais, em centros nevrálgicos como é o centro da cidade. Mas é sempre aquela coisa. Ficou melhor do que é que estava? Ficou. Ficou melhor que o que estava. O problema é sempre este, é que se eu tiver um muro com problemas, com humidades, e fizer as obras no muro e o requalificar todo, o muro direitinho, e depois o pintar laranja fluorescente o muro está melhor. Mas não ficou grande coisa. E, portanto, eu não posso dizer em bom rigor que o muro não esteja melhor porque está. Está muito melhor, está em condições, está limpo, tem condições de segurança, mas podia ter ficado muito melhor. Essa é que é a questão que diverge de fundo em relação ao PS.

O problema não está na forma como vossa Excelência executou dinheiro que executou, com 75%, que, enfim, é uma taxa de execução bastante aceitável. O Senhor já apresentou taxas muito piores. Já houve taxas melhores aqui neste município. O Senhor Presidente, com certeza, em outras vidas autárquicas, eventualmente, terá conseguido até melhor. Mas é o que há, 75%, até acho razoável. O problema é no que propõe. E, portanto, já vamos para o décimo primeiro ano de governo, vai entrar no décimo seguro, está quase no fim, o Senhor Presidente já está de saída, já toda a gente sabe o que propõe, o que deseja para a cidade, o que desenha, também já ficou verdadeiramente exposto o que é que o PS pensa em relação às coisas que foi fazendo, não fez tudo mal, não fez tudo mal, pelo menos na minha opinião e também na opinião do meu Partido. E nós às vezes também divergimos internamente e, portanto, a nossa luta agora é para o futuro Senhor Presidente.

O Senhor Presidente fez a recuperação económica do município com um plano que foi desenhado por um ilustre militante do PSD que, aliás, é hoje membro do Governo, Secretário de Estado e que foi vice-presidente da Câmara Municipal e que contribuiu largamente, com grande contributo, para o desenvolvimento do plano financeiro que ainda hoje está a aplicar.

E a única coisa que eu não percebo aqui e tenho algumas questões. A primeira que me ficou ali da intervenção do António Salavessa, que fez uma brilhante intervenção, muito ligada tecnicamente para os números e que prova a capacidade do António Salavessa como membro desta Assembleia tem, independentemente da perspetiva política da qual divirjo profundamente. Mas que tem, assistimos todos sempre quando é as delegações de competências as intervenções dos senhores presidentes de junta que, regra geral, até quase

que nem falam no mandato todo, mas nas Delegações de Competências fazem uma grande intervenção, a agradecer ao Senhor Presidente da Câmara a confiança das delegações de competência. E, de facto, e diria o senhor Presidente, se tivesse sido no seu primeiro ano de mandato, eu perceberia que não tinha dinheiro para fazer delegações de competências. Agora, no décimo, até já tem a câmara relativamente direita a algum tempo. E o que é certo é que ainda é só 2% do Orçamento. Só 2% do Orçamento. Não estou a dizer que estou contra as delegações de competências bem ao contrário.

Depois não percebo, acabo por não perceber, porque o que vi nas notícias ou pelo menos apareceu, é que a câmara tem a intenção de contrair um empréstimo de 30 milhões de euros ou uma dívida financeira de 30 milhões de euros!? Eu pergunto onde é que isto encaixa no meio da realidade financeira da autarquia. Vossa Excelência poder-me-á explicar.

E depois tinha mais umas notas, mas aguardo os esclarecimentos de Vossa Excelência.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

“Muito Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar todos e os que nos acompanham em casa. A Prestação de Contas aos cidadãos é sempre um momento muito relevante em Política e é precisamente isso que aqui estamos a fazer hoje

Mas, gostaria de fazer um ponto prévio, recordando a minha intervenção na passada sexta-feira no Ponto da Informação sobre a Atividade Municipal onde estava incluído o Relatório de Auditoria Interna e Financeira que analisou a evolução financeira da autarquia entre 2013 e 2023, período que inclui o presente Relatório & Contas

Assim, vou voltar a enunciar as ideias mais relevantes, lembrando que nos últimos 10 anos: a Receita triplicou; a Despesa triplicou; o Investimento quintuplicou; o valor pago às Freguesias quadruplicou; o valor pago às Associações triplicou; o Rácio de Dívida sobre a Receita atingiu valores abaixo de 1; o prazo médio de pagamento é de 6 dias.

Mas, neste momento trata-se sobretudo de prestar Contas sobre o trabalho realizado no ano 2023. Parece que foi noutra vida, mas este foi apenas o segundo ano sem PAM, sendo que foi também o segundo ano completo do mandato.

Este foi um momento em que a oposição disse que não concordava com o que foi feito, e que esta coligação continua ano após ano a salientar o trabalho efetuado, e que consequentemente, está vertido neste documento de Prestação de Contas. Mas apesar das divergências de opinião das bancadas desta assembleia sobre a viagem que tem sido feita no Município, todos estaremos de acordo no destino, a obra foi feita! A obra está paga! Concordemos ou não com ela.

Ainda que seja um documento predominantemente contabilístico, é também político, porque continua a comprovar que estamos a implementar aquele que foi o nosso compromisso com os aveirenses em 2021. Este, é o documento que reflete a continuidade de uma gestão de rigor, de cumprimento dos compromissos assumidos com os mais diversos parceiros. Continua a nova vida para Aveiro.

O incremento da Operação da AveiroBus, as descentralizações na Educação, Ação Social e Saúde com resultados muito positivos para os aveirenses, a renovação do Parque Escolar onde temos de realçar o investimento continuado na sua qualificação, terminando o ano com mais 3 obras inauguradas (Póvoa do Paço, Azurva e Bonsucesso) e com 5 obras em execução (Areais, Barrocas, Eixo, N.ª Sra. de Fátima, Solposto) para entrarem em funcionamento durante 2024.

O trabalho de cooperação com e junto das Juntas de Freguesia, confirmando-se o balanço positivo da execução dos Contratos de Delegação de Competências, com os valores pagos a quadruplicarem desde 2016, recorde.

Nota especial para a Junta de Freguesia de São Jacinto, que ganhou nova vida, tendo-se aprovado e iniciado a implementação do Protocolo de Cooperação Especial entre a Câmara e a Junta, que materializa o saneamento financeiro da Junta com o pagamento da sua dívida colossal e a assunção da gestão do Complexo Desportivo de São Jacinto pela CMA. Dando continuidade ao processo iniciado, com sucesso em 2017, de contratualização de apoios com as Associações. Os valores para as associações triplicaram desde 2017, recorde. Registamos, hoje, o trabalho feito, e no futuro vamos continuar a registar.

Nomeadamente o aproveitamento das mais diversas fontes de financiamento, transformando-as em investimento em projetos, em eventos! Como salientado pelo Sr. Presidente na introdução.

Uma área com destaque e desempenho acima da média continua a ser a dos Fundos Comunitários, pela finalização da utilização do Portugal 20/20. Tendo a autarquia demonstrado mais uma vez, uma elevada competência para ir a jogo nesta matéria, da qual não pode ser indissociada a crescente capacidade financeira, que é uma ajuda nesta matéria muito relevante.

Nesse âmbito, merecem nota de destaque, pela importância para o Município, pela sua dimensão financeira, os investimentos de Qualificação do Rossio e de construção do novo Ferryboat, ambos com participação de Fundos Comunitários Assim, se em 2022 já tinha representado a segunda melhor execução orçamental desde 2013, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas 2023, assume uma execução acima do ano anterior, quer em termos percentuais, quer em termos de valores absolutos

Comparando com 2022, nomeadamente, ao nível da despesa, registamos um aumento global de execução de 13 milhões de euros, dos quais 10 milhões de euros relativos a GOP.

Ao nível da Receita, salientar o acréscimo do valor da média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos para 65,5 milhões de euros e a redução do valor da dívida total, tendo sido possível alcançar no presente exercício económico um rácio de 0,95 (foi de 1,1 em 2022 e 3,42 no início da governação), mas ainda mais relevante é que este valor é atingido por via da melhoria de ambos fatores da equação, melhoria da receita e decréscimo da dívida.

Falando em redução de Dívida, a mesma foi de cerca de 4 milhões de euros, o que representa uma redução de cerca de 6% face ao ano transato.

Existe ainda uma evolução da capacidade de endividamento garante ainda uma margem disponível a utilizar em termos de endividamento em cerca de 35,9 milhões de euros, nomeadamente para financiar investimento.

Uma nota suplementar ainda em matéria de execução orçamental para a redução do valor do Saldo de Gerência que transita para 2024, no valor de cerca de 25,5 milhões de euros M€ (menos 31% do que em 2022).

A CMA continuou a honrar todos os seus compromissos com fornecedores de bens e serviços, a prestar serviços públicos com bom nível, e a executar projetos e obras participadas e não participadas pelos Fundos Comunitários do Portugal 20/20, no seu último ano de execução, mantendo o devido cumprimento da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso, mas desenvolvendo também trabalho de preparação da conquista do Portugal 20/30, do PRR e de outras fontes.

Em síntese, na gestão da CMA em 2023 manteve uma determinada aposta na sua capacitação, com mais e melhor trabalho, cumprindo o compromisso assumido com os cidadãos, gerindo com rigor, seriedade e transparência.

Pelo balanço muito positivo do ano de 2023 e pela perspetiva futura, que agora, podemos ter espelhada no Relatório de Auditoria Interna 2013-2023, também a esta Prestação de Contas o devemos, continuando a fazer mais e melhor pelo Município de Aveiro.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰³¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³²

“O Relatório de Gestão e Prestação de Contas. É um documento técnico das Contas, das opções políticas tomadas e aqui aprovadas por maioria. Ele contém taxas de execução elevadas, mais investimento, mais despesa, mais receitas e menos dívida. Pagamentos correntes a seis dias, repito, pagamentos de dívidas correntes de obras a seis dias. Isto é mais que suficiente para nos levar a votar favoravelmente.

Mas não posso deixar de comentar duas coisas. Uma, nomeadamente quando se falou de eventos, eventos sem retorno! Nós ficámos a saber hoje na Assembleia que o Partido Comunista é contra as Festas de Natal em Aveiro. As Festas de Natal que vão até ao São Gonçálinho. Nós ficámos a saber hoje que o Partido Comunista é contra Aveiro Portugal Portuguesa da Cultura, segundo eles sem retorno. Nós ficámos a saber hoje que o Partido Comunista é contra o Programa Cultura Perto de Si e que leva a todas as freguesias pedaços de Cultura. Nós ficámos a saber hoje que o Partido Comunista, que é contra os eventos sem retorno, é contra a Feira de Março. E este ano tivemos uma excelente Feira de Março. Nós ficámos a saber hoje que o Partido Comunista é contra a Maratona da Europa que é também um evento que eventualmente não tenha retorno. Maratona Europa que, além de trazer cerca de 20 mil atletas a Aveiro, vai levar Aveiro ao resto do mundo via televisão. Ficámos a saber também que, já brevemente, haverá mais um evento dos tais que não trazem retorno a Aveiro, vamos ter a Festa da Cerveja Artesanal.

Estes são os eventos mais recentes, só de agora deste bocadinho de ano e que, se calhar, não trazem retorno Aveiro.

Mas também queria dizer ao Pedro Pires da Rosa que, segundo ele este executivo não fez tudo mal. Mas ó senhor deputado o PS quando esteve na Câmara e essa é a grande diferença, essa é a grande diferença entre este executivo e aquele que o senhor suportou, o seu executivo então não fez tudo bem naturalmente, mas não pagava nada a ninguém. Não pagava nada a ninguém essa é grande diferença. Este executivo, que diz o senhor deputado não fez tudo mal, mas sabe uma coisa este executivo paga a dívida que faz, paga as obras a 6 dias. Que grande diferença. Sim, mas o senhor não reconhece. Nem reconhece a dívida que ficou em São Jacinto? Não reconhece.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 35.º do Regimento:⁰³³

“Protesto veementemente contra o teor da intervenção que me antecedeu, contra o conteúdo da intervenção. O que o Partido Comunista aqui disse é que continua a crescer exponencialmente a verba gasta em eventos e em pseudo-eventos. Não foi dito qualquer exemplo. E foi deixada a promessa que ainda nesta sessão falarmos dos números destes eventos.

Portanto o que disse o Senhor Manuel Prior, exemplificando com eventos concretos é intenção dele. Ouvirá da parte do PCP aquilo que é considerado pseudo-eventos.

O que criticamos é o volume global dos eventos e estamos a falar muito acima de 10 milhões de euros num ano. Muito acima.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

“Muito obrigado. Obrigado a todos. Obrigado à Sílvia por se ter lembrado dessa nota da Marktest nos quis deixar e que é muito importante. É muito importante que, de facto, uma entidade tão credível que usa dados objetivos, coloque Aveiro como melhor município do país.

Isto é muito importante porque noutras eras nós não conseguíamos chegar nem ao limiar em que se falava no ranking, quanto mais ao 1º lugar e, portanto, isto aconteceu já 3 vezes

nos últimos 6 anos e, portanto, é um trabalho, é um sinal objetivo, tem o contributo de muita gente, de muitas entidades, muitas empresas privadas, mas tem um contributo determinante da nossa Câmara Municipal de Aveiro.

Salavessa, enfim, obviamente que olhou os dados. Disse um ou outro número que não é rigoroso, mas globalmente bem. Enfim, mas não leu documento ao contrário. Leu o documento da frente para trás, mas as conclusões é que têm nota diferenciada. E eu não vou ser profundo para não cansar as pessoas, porque acho que se cansaram imenso e ninguém aguentou acompanhá-lo. Eu acompanhei tudo com grande atenção, mas não é fácil acompanhar a sua intervenção. E, portanto, enfim, não dar muitas explicações porque a maior parte das pessoas, mesmo as que estão na sala não perceberam nada do que o Senhor disse, pela densidade, não é por mais nada porque teve objetividade.

Mas quero deixar-lhe dois ou três números. Em primeiro lugar dizer que uma parte da receita respeitante à despesa, nomeadamente Fundos Comunitários, não a recebemos em 2023. Os pedidos de pagamento que se apresentam e foram bastantes, não tenho número na cabeça, mas posso-lhe dar, da execução de Novembro (de Outubro ainda houve alguns), mas de Novembro e de Dezembro 2023 não recebemos dinheiro nenhum. Vamos recebê-lo todo, aliás, uma boa parte já recebemos, mas só se recebe em 2024. Mesmo da venda dos terrenos, por exemplo a maior venda que tivemos 2,4 milhões de euros arredondando o número, foi o terreno que vendemos junto ao seminário, nós só recebemos 400 mil que foi o sinal pago. A escritura só foi feita este mês de Abril, foi este mês de Abril que recebemos os outros 2 milhões. E, portanto, para dar nota que esta leitura literal que fez, correta nos números, está incorreta na leitura daquilo que foi a gestão colocada sobre o ano 2023.

E, portanto, deixar isto com clareza, porque, enfim, usando os documentos, os anos fecham como se fecha no fim de ano, obviamente, era o que mais faltava, mas depois temos que verificar como é que estas, nomeadamente estas 2 tão importantes caem naquilo que falou, da percentagem de receita de capital executado ou não executado. Portanto nós executámos. O dinheiro está garantido, vamos receber, vamos fazer a escritura. Vamos receber os pedidos de pagamento dos fundos e são uns milhões.

Portanto deixar esta nota de que a abordagem e já não sei quem foi, nós este ano de 2024 vamos ter uma taxa de execução muito mais baixa. O que está a acontecer é um susto. E não é só porque mudou o Governo. Já estávamos atrasados, o país atrasou-se a lançar o 20/30, atrasou-se a lançar. Primeiro a União Europeia atrasou-se e o país como vocês sabem, os funcionários são os mesmos- Estão a gerir 20/20, estão a gerir o PRR, estão a gerir 20/30. Quer dizer, não vale a pena. A probabilidade neste momento e obviamente vamos ouvir para a semana o novo Ministro, mas a probabilidade neste momento de não recebermos um único euro da execução do 20/30 é muito alta. E nós em despesa elegível é imensa, são uns milhões largos, porque muitas das obras que temos em execução vão para o 20/30.

Portanto temos aqui um problema. E o problema tem solução? Claro tem solução. Uma delas, não é a única, é o instrumento de empréstimo que colocámos no Plano, porque já sabemos o que é que a casa gasta. Quando fizemos o Plano, como sabem bem, nós aprovamos na Câmara em Outubro, sabíamos lá nós o que é que ia acontecer ao país e ao Governo, como é evidente não somos bruxos. Ninguém imaginaria o que acabou por acontecer. E, portanto, deixar esta esta nota porque ela é muito importante na abordagem destas matérias, para não nos despistarmos e não olharmos a realidade, que está correta nos números, mas não está correta na leitura da realidade. É bom compormos isto desta forma.

Por exemplo, os Senhores Ministros assinaram um acordo de financiar em 2 milhões de euros a Capital Portuguesa da Cultura. Quanto é que já recebemos e estamos a acabar o

mês 4? Nada. Vamos receber o dinheirinho dentro do corrente ano de 24? Pois devo dizer-vos que já tenho as minhas dúvidas, já tenho as minhas dúvidas.

Portanto estamos a jogar um jogo com toda a atenção, com todos os instrumentos orçamentais que temos, com a credibilidade que sabemos executar e está aqui um documento que o demonstra com clareza, sem nos perturbarmos com números lidos de forma politicamente diferenciada, que respeitamos, mas discordamos.

Um milhão de euros em habitação, tão pouco! Não, não. A Encobarra na habitação a custos controlados que está a realizar, com uma licença da Câmara e com um conjunto de mecanismos que o país tem, o IVA reduzido, etc, está a investir lá uma coisa parecida com 30 milhões de euros.

Diria o António Salavessa que é comunista, negativo. Quem devia estar a fazer esse investimento era a Câmara Municipal de Aveiro. Diria a Celme que é do BE, quem devia pagar os 500 fogos que Manuel Prior contou, devia ser a Câmara. Pois nós não achamos isso.

Nós achamos que é o setor privado que tem que fazer. E sabem o que é que está a acontecer? Está a acontecer isso. Nós estamos já no quinto ano a bater recorde emissão de licenças de construção, de alvarás de utilização, continuamos nessa senda. Porque? Porque o setor privado investe em Aveiro. Temos que dar uma ajuda ao setor da habitação, para termos habitação para setores da população que não tem uma capacidade financeira tão forte. Sabemos o que é que está a acontecer em Portugal. Mas este é um debate europeu. Às vezes esquecemos que o problema que está a acontecer em Portugal não está a acontecer em Portugal, é um problema europeu. Agora não é a Câmara faz. O dinheiro público paga. Não, isso é o caminho da desgraça e todos sabemos o que é que aconteceu aos países que seguiram esse caminho.

Quanto às Juntas, ó Salavessa, as coisas são o que são. Não é só no valor absoluto que a Câmara de Aveiro faculta às Juntas que nós somos das melhores Câmaras a apoiar é também no valor relativo. Isto é o que é. Câmaras a entregarem 8 a 10% da receita às Juntas. Olhe, eu não sei de nenhuma. Há por aí uma ou outra não vou dizer que não, porque não tenho os dados de todas, não dizer que não. Mas diga-me lá uma porque eu até gostava de aprender, nunca sabe tudo. Mas estamos na linha da frente, pode ter certeza absoluta de que estamos na linha da frente.

E se os seus eventos pseudo, estamos todos ansiosos para saber quais são. Os pseudo que às tantas são apenas psico seu da relação com os pseudo. Eu vou achar piada em conhecer porque de facto alguns dizem, uma Câmara que só investe em eventos 10 milhões num orçamento de 136, essa Câmara não é uma Câmara culta. Novidade, para o PCP isto é dinheiro a mais. Eu nem vou especular como o Manuel Prior fez, com toda a lógica política especulou sobre quais serão os eventos pseudo.

Gabriel Bernardo. Nós tivemos aqui dois momentos. Um momento da chegada de funcionários por força da descentralização da Educação. Agora na Saúde E na Educação o ano de 2023 foi muito importante para corrigirmos o incumprimento do rácio que acontecia no Ministério de Educação e connosco deixou de acontecer.

Foi aqui que aumentou a maior parte dos nossos funcionários. E também foi em 2023 que acabámos um grupo de concursos muito grande para colmatarmos falhas que a Câmara foi acumulando e que não podia ter colmatado antes porque não tínhamos condição nem legal nem financeira para o fazer. E, portanto, estamos bem nos recursos humanos, com bons rácios de qualidade, quantidade, na relação de produtividade, etc.

Quanto à avaliação de desempenho. Dar nota de que nós fazemos a avaliação de desempenho, corre bem, dá muito trabalho, mas temos essa matéria em utilização também, não só, mas também, porque ela é importante para que as pessoas possam aceder na carreira, possam ganhar mais, porque entendemos que isso é muito importante, porque

todos os servidores da administração pública local em Portugal ganham mal. Mal demais. Esperemos que os 50 deputados do Chega nos ajudem a melhorar os ordenados, porque o que se passa é mau e estamos a perder recursos humanos objetivamente.

Pedro Rodrigues, muito obrigado pela sua nota de nós repetirmos o que estamos a fazer no quadro da política de apoio aos animais de companhia. Dar-lhe nota que já estamos a fazer a revisão final do projeto, mas ficámos assustado com o orçamento. O nosso pólo está terminado o projeto e nós pedimos ao nosso projetista, tivemos uma reunião presencial com ele na passada quarta-feira, que fizesse uma revisão ao orçamento. Está em 2,6 milhões de euros. Surpreendeu-nos é um valor pesado e ainda por cima temos que usar as nossas receitas porque não há apoios. Pelo menos até à data, pode ser que agora a Senhora Ministra do Ambiente, na boa notícia que nos deu de que vai regulamentar o Fundo Ambiental, arranje lá uma fatia à séria para podermos ir lá buscar contributos para financiar operações como esta, estamos a falar de operações muito pesadas.

Eu espero que o nosso de projetista, que a regra é muito rigoroso, tem os seus projetos muito justapostos à realidade das adjudicações, possa vir a conseguir encontrar um valor mais baixo, mas, enfim, seguramente não vai fazer milagres.

Quanto aos impostos Gabriel, nós já tivemos o IMI 0,5. Estamos em 0,4. Foi uma redução muito relevante, decidimos baixar outra vez para 0,35. O IMT subiu muito, mas o que é que isso quer dizer? Quer que é mais um indicador da dinâmica da habitação, do crescimento, do investimento, do crescimento das transações é mais um indicador bom. Se gostava muito que o IMI e que o IMT fosse muito baixo. Não, não detestaria. Porque queria dizer exatamente o contrário, ninguém compra, ninguém vende, não há investimento. Não, este é mais um indicador que nós não condicionamos. Como sabem todos, nós não mandamos nada no IMT porque é a lei do país. Recebemos e muito bem e quando ele sobe e quando atinge valor desta natureza, quer dizer, é mais um indicador desse crescimento que nós estamos a fazer.

O Pedro Rodrigues tem que estar mais atento aos nossos investimentos. Cuidamos das alterações climáticas, defendemos a natureza, só o Cais do Sal foi um investimento muito importante para dar nota que estamos atentos, que investimos, para cuidar dessa dimensão, entre vários outros objetivos.

A Celme entendeu que o nosso erro maior na execução de 2023 são os autocarros que se atrasam de vez em quando. Pronto, eu registo e vamos continuar a trabalhar para que eles se atrasem menos. Temos já uma boa performance, mas, obviamente pode ser melhorada, seguramente, mas não é um problema dos aveirenses, de chegarem todos dias atrasados, seja ao emprego, seja a casa. Não é, de facto, uma realidade da nossa vida

Agradecer ao Jorge Greno as referências que fez, ao Bruno Costa, ao Manuel Prior. Com uma nota que eu gostava de evidenciar. Nós realizamos investimento por todo o município. De todas as tipologias por todo o municípe. Coisa que trouxemos de forma diferente àquilo que foi a cultura durante muitos anos nesta Câmara Municipal. Não foi só muito, foi muito presente nos 4 cantos do nosso município, em todo o lado onde há espaço urbano, onde a espaços verdes, a Câmara investiu em todo o município.

Falámos mais da Avenida Lourenço Peixinho, do Rossio, pronto, há sempre uma atenção nossa, mediática, mais forte, sobre as obras que estão mais nos centros, que tem maior dimensão financeira. Até soubemos hoje que até o Pedro Pires da Rosa já gosta um bocadinho, pronto! É bom e nós não pintámos de laranja que é a cor preferida dele. Vejam lá até já gosta um bocadinho e eu estou satisfeito com isso, porque, pronto, já agora é como a CGTP, porque é que não se pode fazer as comemorações com os camaradas no Rossio. Está feito e até se aguenta, aquilo não vai abaixo porque é que a malta não há-de ir para lá. Portanto fiquei satisfeito, isto em 2024 já está um bocadinho melhor que em 2023 nestas abordagens.

Dar nota ao Pedro que é como todos sabem. A gestão financeira da Câmara e de recursos humanos é minha, foi minha desde o 1º dia e será minha até aos últimos dias. É a minha forma de trabalhar. Todos os vereadores que trabalham hoje comigo e que já trabalharam comigo, foram todos eles muito importantes no contributo que deram no nosso trabalho. Todos eles sem exceção. Aqueles que tiveram menos tempo, como o Jorge Campino, foi de todos os meus vereadores aquele que esteve menos tempo e deu um contributo muito importante. E aqueles que estão há mais tempo, nomeadamente desde o início e temos dessa condição de ser vereador como o único nessa condição, está comigo desde o princípio, que é o vereador Miguel Capão Filipe. É assim.

Agora gestão financeira e de recursos humanos teve sempre na mão do mesmo. Contributos e ajuda de todos, todos. Uns mais na área A outros mais na área B. Mas a gestão financeira e as execuções desta Câmara é do Presidente, sempre foi do Presidente. E, portanto, nunca houve mais ninguém a ter a gestão, a tomar as decisões. Ajuda sim senhor. O Jorge Campino enquanto cá esteve deu uma ajuda importantíssima, mas também deram outros que já cá não estão atualmente. Mas não mudo a lógica das coisas, porque as coisas são o que são e o gestor financeiro desta Câmara sou eu, nunca foi mais ninguém.

Como em Ílhavo nos meus 16 anos não houve outro gestor financeiro que não fosse eu próprio. Na despesa, na receita, na autorização de toda a despesa só há um gestor. E é bom lembrar uma coisa. O PAM como disse o Bruno Costa só acabou há 2 anos. O último ano PAM foi 2021. 2023 foi o segundo ano não PAM. Mas nós não podemos na gestão da Câmara rasgar a lógica do PAM e saltar para uma lógica, por exemplo, à PS. Nem podemos fazer isso. Se não estoiramos com isto tudo. Se vocês forem justapor estas contas ao PAM até 2023 (porque o PAM se recordam, era até 2023) nós tivemos foi condições de sair antes, vão ver que no seu quadro base o Plano está totalmente cumprido. O PAM não se rasga de um momento para o outro. O facto de acabarmos a sua execução formal, o plano não acabou. O quadro da gestão financeira naquele mapa que continua a existir, todos podem consultar, tem lá a coluna para 2023 e 2024, estão as colunas todas. Quadro de rigor e de seriedade.

É por isso que eu não estou de saída. Eu sairei após o último dia do meu mandato. É nesse dia que eu saio. E, portanto, ninguém pense que me limita, dizer está de saída. Está de saída para ver se eu trabalho menos! Não, não. O único dia, o único dia que eu vou sair é no 1º dia após o último dia do meu mandato. Espero que seja e que nada me aconteça pelo menos de mau, até podem acontecer coisas boas, no dia da tomada de posse do meu sucessor seja ele qual for. Lá estarei, obviamente, para honrar a instituição que hoje sirvo e que servirei. Só nesse dia é que eu estou de saída. Até lá, não estou de saída, estou de entrada, trabalho imenso e assim será até ao final. Portanto não se perturbem com essa coisa.

Uma nota muito importante é a salvação de São Jacinto. A salvação financeira de São Jacinto é um dos aspetos políticos da Junta de Freguesia, obviamente, é dos aspetos políticos e financeiros com maior relevância do ano 2023.

Arrumámos com a última miséria que o Partido Socialista deixou no nosso município. Inventámos uma solução. Mas tivemos capacidade de a inventar e de assumir a dimensão financeira do custo dessa operação. Foi com estas Contas e agora com uma parte nas Contas de 2024, que nós capacitamos uma junta de freguesia que o Partido Socialista destruiu e que andou a enganar os cidadãos a dizer que não. Que nós andávamos a fazer tudo aquilo para querermos ganhar a junta na luta política, porque não é era nada verdade aquilo que andávamos a dizer. E pronto, lá levaram o António outra vez.

O António ganhou, enganaram as pessoas, mas depois ele próprio foi embora porque tamanha era a vergonha que tinha da miséria que se instalou pela sua culpa e do Partido Socialista na gestão da Junta de freguesia.

E, portanto, este este conjunto de incidências marcam de facto uma nota muito positiva, muito alta, sabendo que obviamente o debate é sempre muito rico, muito estimulante. A avaliação é diferenciada. Mas repito e termino com o agradecimento dessa clareza na definição das diferenças de opção. Isso é muito importante para que as pessoas saibam as diferenças, saibam quem é responsável pelo que acontece. Quem é responsável por coisa nenhuma que não interessa para ninguém. E, portanto, isto é muito importante e sempre vos agradeço, à oposição que é contra, que discorda. Essa clareza torna-nos a vida mais fácil na dialética política e torna a leitura mais óbvia para todos os nossos cidadãos, sabendo que na democracia daqui para a frente acontecerá o que aconteceu até aqui. Cada um no seu alto critério avaliará e toma a sua decisão. Sim senhor está muito bem seguimos em frente. Não senhor, está muito mal, vamos para outro caminho.

E, portanto, é nesse quadro que eu também quero deixar essa nota de agradecimento, mas objetivamente foi um grande ano. Um ano fantástico. Um ano que nós temos que cuidar do balanço que ele nos deu para o ano que já estamos a executar que é 2024, obviamente que é um ano com tenções financeiras que gostávamos muito de não as ter. Mas que só quem não está minimamente atento e que não está a ver o que está a acontecer. Mas cá estamos, bem atentos, com os instrumentos já devidamente ponderados, para fazermos de 2024 também um excelente ano, mesmo que algumas fontes não deitem água aqui para o nosso o nosso canto, mas nós temos a capacidade de saber acomodar. E assim como de 2023 algumas receitas só entram em 2024, é altamente provável que muita receita de 2024 só venha a entrar em 2025.

Mas temos uma certeza, entrará. Entrará, não temos dúvida que o Governo honrará os 2 milhões para a Capital Portuguesa da Cultura, que as candidaturas dos Fundos Comunitários que vamos apresentar, muitas delas já estão com a pré negociação completamente feita. Já sabemos de cada uma delas quanto é que vamos receber. Vamos receber seguramente que sim, sobre isso nunca tivemos no passado e não temos hoje nem no próximo futuro qualquer dúvida, de que esses compromissos serão honrados.

Mas é altamente provável que boa parte deles, no que respeita a serem receita da nossa conta, podem vir só em 2025 e não em 2024. Portanto agradeço a todos esta é a riqueza do debate. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Celme Tavares (BE)⁰³⁶

Vogal Jorge Girão (CDS)⁰³⁷

Presidente da Mesa⁰³⁸

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³⁹

Vogal Mário Costa (PS)⁰⁴⁰

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴²

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴³ Ponto 3 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2023, da Câmara Municipal de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1), uma abstenção (CH1) e onze votos contra (PS6+PAN2+BE2+PCP1)

Seguiu-se a declaração de Voto:

Vogal António Salavessa (PCP):⁰⁴⁴

“Por demonstrarem a manutenção da pressão fiscal municipal sobre os cidadãos e pequenas e médias empresas, por demonstrarem opções de investimento desadequadas ou insuficientes nas funções sociais, por demonstrarem incapacidade de concretização das receitas de capital e por indiciarem um despesismo crescente em diversas áreas, o PCP votou contra o conjunto dos documentos de prestação de Contas apresentados à Assembleia.”

Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de constituição da Empresa Municipal – "AVEIRO PARQUExPO, E.M., S.A.".

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 04/04/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁶

“De forma muito breve. Falámos tantas vezes desta matéria na nossa assembleia e, portanto, aqui está a empresa que queremos que substitua a atual empresa municipal gestora do parque de feiras e exposições. Constituída com 90% da participação da Câmara de 10% de capital da CIRA, que aceitou o nosso convite para integrar empresa.

Um estudo de viabilidade económico-financeira muito fácil de fazer, porque ele assenta naquela que é boa condição de contas da nossa atual empresa de viabilidade muito simples e, portanto, é neste quadro que aprovámos esta empresa na Câmara. Trazemo-la obviamente à Assembleia Municipal, temos que a sujeitar a visto prévio do Tribunal de Contas para que possamos fazer essa transição.

Será uma transição direta, acaba uma e começa a outra. Garantiremos obviamente toda a normalidade de gestão da empresa, nomeadamente no respeito aos recursos humanos, como não podia deixar de ser. E, obviamente, vamos aproveitar essa mudança para tratar de melhorar também a relação formal da Câmara com a sua empresa municipal, ao nível de contratos de gestão de eventos, ao nível de contratos de gestão de concessões, enfim, nalgumas matérias, onde, enfim, precisamos também de qualificar formalmente essas dimensões e é na ambiência da nova empresa que nós o vamos fazer, atos esses que já tem vindo a ser devidamente preparados. E, portanto, é neste quadro que obviamente trazemos esta proposta e, obviamente, estarei ao dispor para alguma questão que entendam por bem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

“Para nós PCP isto é um assunto relativamente pacífico. Compreendemos a necessidade de extinguir a empresa municipal, aliás, o processo de extinção está a correr. Entendemos que é bom que continue no domínio municipal a gestão deste equipamento através de uma nova empresa chamada de municipal, mas de facto, uma empresa de direito privado de capitais públicos. Pensamos que é a forma correta de abordar a gestão deste tipo de equipamento. Não é uma empresa que faz o bom ou mau trabalho é a gestão de quem depois dirige

empresa que fará ou não fará, não é algo que possamos estar a julgar agora antes da situação existir, portanto parece-nos de alguma forma absolutamente tranquilo. Só há uma dúvida que queríamos colocar ao Senhor Presidente e à Câmara para perceber se nos pode explicar o porquê, por que é que a Universidade não aceitou fazer parte da nova empresa? E, acima de tudo, porque é que a AIDA não aceitou fazer parte da nova empresa? Portanto, deixa-nos um pouco confuso uma vez que a AIDA era uma das principais usufrutuários deste tipo de investimento.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰⁴⁹

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁰

“Obrigado Senhor Presidente. Extinção da Aveiro Expo resulta de imperativo legal por causa das contas que apresentava ao tempo da troika. Obviamente se manteve a funcionar ao longo destes anos para que este processo chegasse ao seu fim. Será substituída por uma nova empresa, mas eu aproveitava para relevar a qualidade da equipa de trabalho de Aveiro Expo que ano após ano, com uma equipa de pessoal extremamente reduzida para aquilo que produz, demonstra a qualidade e eu conheço alguns deles no tempo em que eu por lá passei. É um belíssimo exemplo de um espírito de equipa que trabalham a sério em alguns momentos do ano que exige muito daquela equipa.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵¹

“Brevemente sobre, enfim, as perguntas já foram todas feitas, quem arranca em primeiro tem sempre este privilégio. Mas, no fundo, é para saber esta curiosidade, de facto, a empresa, nem sempre deu lucro creio eu, apesar de ser lucrativa, digamos assim. Houve aí a exceção de um período de, enfim, de outras memórias, de outros tempos. Mas, portanto, para saber, nada a opor à mudança, quer dizer é um imperativo legal, portanto, nada não tenho contra. Iremos votar favoravelmente, evidentemente, mas gostava realmente também de satisfazer esta curiosidade. O Senhor Presidente tinha resolvido o problema se tinha explicado logo isso, já ninguém intervir.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵²

“O fim da Aveiro Expo era e é um imperativo legal, à nova empresa o PSD deseja um bom trabalho e um bom desempenho.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵³

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁵⁴ Ponto 4 – Apreciação e votação da proposta de constituição da Empresa Municipal – "AVEIRO PARQUExPO, E.M., S.A.", sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CH1+PS6+PCP1), quatro abstenções (PAN2+BE2) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto

Continuando o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara, que informou que iria fazer a apresentação dos pontos 5, 6, 7, 8 e 9, todos em conjunto.

Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de aquisição de terreno, sito na Rua da Castela, da Freguesia de São Bernardo, para Domínio Público Municipal;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 25/01/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta de contrato de concessão de um espaço designado por Loja 9, sito na Estação Ferroviária de Aveiro, no âmbito do OPAD (projeto BiciBox);

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 28/03/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta de afetação ao Domínio Público Municipal de duas parcelas sitas no Gaveto da Avenida de Santa Joana com a Rua do Loureiro, da União das Freguesias de Glória e Vera Cruz - P.O. 287/2022;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 04/04/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Ponto 8 – Prestação de serviços de limpeza e atividades conexas nas Unidades Funcionais de Cuidados de Saúde Primários, no CRI - Centro Respostas Integradas e Equipa de Tratamento de Aveiro e no Laboratório de Saúde Pública no concelho de Aveiro - autorização para a assunção de compromissos plurianuais;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 19/04/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Ponto 9 – Empreitada de reabilitação do Mercado de Santiago - autorização para a assunção de compromissos plurianuais.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 19/04/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁶

“Farei só uma intervenção sobre os 5 pontos da ordem de trabalhos que temos pela frente 5, 6, 7, 8, 9. São pontos de dimensão meramente administrativa, por mais importância política que cada um lhe queira dar e, portanto, por isso, de uma forma muito simples e objetiva farei essa apresentação.

O ponto 5 é tornarmos domínio público uma coisa que é privado, porque comprámos a um privado e é uma peça importante da operação do parque urbano de São Bernardo.

O ponto 6, enfim, foi uma longa discussão com o IP porque nós achávamos que isto não era preciso para nada e que devia ser uma renda normal comercial e discutimos muito isso. Porque a BiciBox já lá está, já funciona, mas o IP não se deixou convencer e tem que cumprir as regras das condicionantes ferroviárias e pronto. Aqui fica um documento supercomplicado, mas que, enfim, é o formato jurídico que o IP quer para que nós tenhamos a nossa BiciBox que está a funcionar e está a funcionar bem. Esta é a ordem para dar quadro administrativo àquilo que já estamos a fazer em boa cooperação com o IP.

O ponto 7, é terminar um processo que já cá veio apenas há mais este passo administrativo que é preciso dar naquelas pequenas trocas, de duas pequeninas parcelas, uma da câmara passar privada, uma privada passar pública. Portanto é fechar, é terminar, esse processo ali da Avenida Santa Joana.

O ponto 8 e 9 são coisas mais simples. Vamos adjudicar na numa das próximas reuniões de Câmara a obra de reabilitação do mercado de Santiago e estamos a preparar um grande concurso público, para temos uma prestação de serviços de limpeza dos edifícios que recebemos no caso da descentralização, ligados aos cuidados primários de saúde.

Para isso temos que ajustar o nosso quadro orçamental na dimensão plurianual para estar de acordo com o cronograma que fica determinado pelo lançamento destes concursos, sabendo que no caso da limpeza temos aqui alguma urgência, porque este concurso esperemos que corra bem, tem que estar com o contrato a funcionar no próximo mês de Setembro. Portanto o contrato que herdámos do Ministério foi prorrogado até ao limite. O seu limite é o mês de Agosto. Temos que ter um concurso, obviamente, para temos um contrato novo a partir do mês de Setembro.

Portanto Senhor Presidente, de forma muito sumária, entendi fazer esta nota de introdução aos cinco pontos da ordem do dia, também para ajudar à nossa produtividade e pela circunstância serem pontos de incidência basicamente administrativa. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:⁰⁵⁶

“Portanto, o Senhor Presidente fez a apresentação destes pontos do cinco ao nove, de qualquer forma seguem-se as inscrições para estes mesmos pontos. Então se calhar podíamos fazer a mesma metodologia e os Senhores deputados colocam as perguntas sobre os pontos sobre as quais têm as suas dúvidas. Se precisarem de mais tempo naturalmente que será concedido. Penso que podemos...”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do artigo 31.º do Regimento:

“Senhor Presidente discordo em absoluto. Há que respeitar o Regimento de forma como Vexa repetidamente diz. Estes documentos do ponto 8 e ponto 9 não foram distribuídos com a antecedência que é exigida no Regimento da Assembleia. Portanto eles ficaram disponíveis ontem ou anteontem, não foram respeitados os cinco dias de antecedência da sua distribuição. Ainda não foram discutidos coletivamente no PCP, não tenho opinião sobre eles e não tenho de ter porque não foram cumpridos os prazos regimentais.

Até ao ponto sete sim, ponto 8 e ponto 9, está fora de hipótese a sua discussão porque seria completamente antirregimental.”

Presidente da Mesa:

“Vamos avançar. São vinte e três horas e dezasseis minutos, vamos fazer as inscrições...”

Vogal António Salavessa (PCP):

“Senhor Presidente não me vou inscrever sobre os pontos 8 e 9...”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado não me interrompa por favor. Senhor deputado continuamos com este tipo de cenas que penso não dignificam nem o senhor deputado nem a assembleia.

O senhor deputado tem que obedecer à hierarquia (ouvem-se vozes)...

O Senhor deputado tem uma larga experiência e sabe que não pode fazer isto. A palavra é dada aos deputados pelo presidente da Mesa. Portanto vamos recolher as inscrições para os pontos 5, 6 e 7 neste momento. Depois logo vemos a hora a que estamos.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do artigo 31.º do Regimento:

“Basicamente eu percebo a intervenção do Salavessa. O Senhor Presidente deveria (fica a sugestão vexa aferirá) o Senhor Presidente tem de dizer à Assembleia se a Assembleia está na disponibilidade ou não de juntar os cinco pontos e fazer a discussão conjunta. É apenas isso, não é mais que isso.

Em relação à questão legal (não me tinha apercebido) que o deputado Salavessa levantou, a deliberação pode ficar ferida e é pior para todos. Portanto em bom rigor. Não, é que há sempre uma alma de deus que se lembra do recursozinho judicial e lá vai a parcela. O Senhor Presidente até lembrou e bem que já eram onze horas e, portanto, não chegávamos lá. Portanto o que diria é que não me oponho a que a discussão seja conjunta desde que o Senhor Presidente some os tempos dos pontos, que julgo ninguém irá gastar. Mas sugeria que perguntasse isso à Assembleia.”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado eu de certa forma coloquei uma vez que não ouvi vozes discordantes. Mas de qualquer forma podemos colocar assim. Existe oposição de algum dos senhores deputados que se faça, a exemplo do que fez o Presidente da Câmara, a discussão conjunta dos pontos 5 a 7. Portanto não se opondo em benefício também do tempo geral da reunião, vamos fazer dessa forma senhores deputados. Depois o Senhor Presidente fará os esclarecimentos sobre estes pontos 5, 6 e 7.”

Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM)⁰⁵⁸

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁹

“Sobre apenas três pontos diria que o PCP está de acordo com aquilo que é proposto no ponto 5, a aquisição de um terreno que é destinado a ser terreno de utilidade pública que já tem destino. O destino é o parque urbano São Bernardo, portanto, um destino perfeitamente justificado e aceitável pelo que neste ponto receberá a votação favorável do PCP. E esta intervenção é de alguma forma já a declaração de voto relativamente ao ponto 5.

Quanto ao ponto 6, nós respeitámos particularmente este ponto, visto que é a consequência, o caminho da implementação de um ponto que foi adotado do Orçamento Participativo de Aveiro e, portanto, dar sequência a esse compromisso orçamental faz todo o sentido. A única dúvida que temos relativamente a este processo é uma dúvida processual, tem a ver com a retroatividade e agradecia que, independentemente da nossa opinião ser uma opinião favorável e de voto favorável, este ponto da ordem de trabalhos se o Senhor Presidente poderia na sua intervenção clarificar estes aspetos da retroatividade dos acordos, dos arrendamentos, daquilo que é possível.

Em relação ao difícil ponto 7, do terreno na Avenida Santa Joana. Eu digo isto com um sorriso, sem qualquer tipo de dúvida, percebo perfeitamente que esta é a segunda parte do processo que votámos aqui na Assembleia anterior que foi passar uma parte do domínio público para o domínio privado e agora a contrapartida, a passagem do domínio privado para o domínio público. Não tem qualquer questão é uma formalidade, mera formalidade, submetida à Assembleia, que respeito muito, que seja ouvida em todos estes processos e determina estes processos e tal como os outros dois pontos terá o voto favorável do PCP.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰⁶⁰

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶¹

“Muito obrigado senhor Presidente. Relativamente a estes pontos, como foi dito, são meramente administrativos, só aproveitava para fazer uma questão relativamente ao projeto BiciBox, para saber mais ou menos como é que está a ser a implementação do processo e a utilização por parte da população aveirense. De resto, votaremos tudo favoravelmente. Obrigado.”

Vogal Celme Tavares (BE):[063](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[064](#)

“O Partido Socialista vai votar favoravelmente o ponto 5, entendendo que aquilo que se vai fazer, a aquisição de um terreno para um projeto na Rua de Castela para um projeto urbano de São Bernardo, nada temos a opor e, portanto, vamos votar favoravelmente isso, até porque o valor que aqui está de 53.700€ para uma área factual de 545 metros quadrados, isto é baratíssimo. Será sempre uma boa aquisição para a Câmara.

Quanto ao espaço designado pela loja 9 nada temos a opor também quanto a isso.

Já quanto ao domínio público municipal das parcelas sitas naquele gaveto, temos algumas dúvidas sobre esta proposta e, portanto, como não nos sentimos devidamente esclarecidos a nossa posição vai ser outra, não de não de aprovar, mas provavelmente iremos abster-nos.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[065](#)

“Sendo estes três pontos formais e administrativos, soluções que beneficiam Aveiro e os aveirenses, o PSD votará favoravelmente.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[066](#)

“Não me inscrevi! Ó Prior eu não queria, enfim, até porque o Senhor Presidente tinha dito que já não ia falar. É uma pergunta muito simples, só tem a ver, para mim nenhum dos pontos, que fique já claro, nenhum dos pontos oferece qualquer tipo de dúvida.

Em relação ao ponto 6, fiquei só com esta nota, porque isto resulta do Orçamento Participativo, percebo que este projeto BiciBox, enfim, isto também não ajuda nada e o tempo que se andou deve ter complicado o processo. E é sempre difícil, porque vai um papel e depois aquilo que tem para aí 7 ou 8 pessoas para responder ao Senhor Presidente da Câmara sobre qualquer coisa e primeiro que venha de volta a resposta é o fim do mundo. Mas pronto, a minha questão tem a ver é, foram várias as propostas e todas com valia que resultaram do Orçamento Participativo e dá-me ideia que umas andaram mais depressa que as outras.

Bem, esta tem esta justificação. Mas, por exemplo, a questão da Rota Segura que eu penso que alguns problemas em relação a isso, de início, o Senhor Presidente poderia, enfim, era um bocadinho a talho de foíce, mas fazer aí balançozinho muito sucinto, se tiver paciência e tempo para isso em relação às propostas do orçamento participativo. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[067](#)

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação[068](#) Ponto 5 – Apreciação e votação da proposta de aquisição de terreno, sito na Rua da Castela, da Freguesia de São Bernardo, para Domínio Público Municipal, sendo a proposta aprovada por unanimidade, com trinta e seis votos a favor

(PSD18+CDS5+PPM1+CH1+PS6+PAN2+BE2+PCP1), zero abstenções, e zero votos contra.

Seguiu-se o Ponto 6 – Apreciação e votação da proposta⁰⁶⁹ de contrato de concessão de um espaço designado por Loja 9, sito na Estação Ferroviária de Aveiro, no âmbito do OPAD (projeto BiciBox), sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CH1+PS6+PAN2+PCP1), duas abstenções (BE2) e zero votos contra.

Continuando colocou à votação o Ponto 7 – Apreciação e votação da proposta⁰⁷⁰ de afetação ao Domínio Público Municipal de duas parcelas sitas no Gaveto da Avenida de Santa Joana com a Rua do Loureiro, da União das Freguesias de Glória e Vera Cruz - P.O. 287/2022, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CH1+PS6+PAN2+PCP1), duas abstenções (BE2) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Presidente da Mesa:

*“Senhores deputados segundo o meu entendimento os procedimentos estão conforme o Regimento, avançamos para o ponto 8. Há alguma questão a suscitar por parte dos senhores deputados? Não há, então vamos votar...
Ausenta-se o Senhor deputado António Salavessa.”*

(Saiu da Sala o Vogal António Salavessa.)

Vogal Pires da Rosa (PS):

“Senhor Presidente desculpe lá. Eu fiquei atento ao que iria acontecer e queria perceber se vamos continuar...”

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado eu estou a colocar relativamente ao ponto 8 se haveria alguma intervenção. Não havendo vamos então proceder à votação normalmente.”

Não havendo intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁷¹ o Ponto 8 – Prestação de serviços de limpeza e atividades conexas nas Unidades Funcionais de Cuidados de Saúde Primários, no CRI - Centro Respostas Integradas e Equipa de Tratamento de Aveiro e no Laboratório de Saúde Pública no concelho de Aveiro - autorização para a assunção de compromissos plurianuais, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+PAN2), uma abstenção (CH1), e oito votos contra (PS6+BE2).

Seguiu-se a declaração de Voto:

Vogal Pires da Rosa (PS):⁰⁷²

“Senhor Presidente o Partido Socialista votou contra, não pela questão do ponto porque o mesmo não nos merecia grandes dúvidas, mas não nos pareceu cabal a explicação por parte da Mesa em relação às dúvidas colocadas pelo deputado do Partido Comunista Português. Donde, receio que podemos estar aqui a fazer um ato inútil, embora o PS não tenha decidido abandonar a sala e fazer aqui um número, mas com receio que possamos estar

aqui a fazer um ato inútil, naturalmente votamos contra porque politicamente entendemos que é o que podemos fazer. Não tem nada a ver com a Senhora Câmara tem mais a ver com Vossa Excelência.”

Em continuação o Presidente da Mesa anunciou que iria ser votado o ponto 9.

Presidente da Mesa:[073](#)

“Senhores deputados, o que deviam ter feito era uma interpelação à Mesa se não estavam satisfeitos com a declaração que eu fiz. É evidente, quando eu disse, a Mesa considera que foi regulamentar a apresentação destas propostas o Partido Socialista a única coisa que podia fazer, se não estava satisfeito, era interpelar a Mesa quanto a essa decisão e não votar contra uma proposta por esse motivo. Eu peço desculpa, mas penso que isso não faz qualquer sentido.

Portanto questiono a Líder do Partido Socialista se procedemos de novo à votação?

De acordo com o artigo 18º do regimento, ponto 2, a Ordem-do-Dia e a respetiva documentação têm de ser disponibilizados com um mínimo de dois dias úteis. Segundo as indicações que nós temos dos serviços, foi feita essa disponibilização. Portanto é este o ponto que diz respeito à documentação. Não é qualquer outro ponto do Regimento.

Foi lançada aqui uma confusão, nunca aconteceu dúvida nenhuma a respeito disto e não vejo qualquer razão para que não se proceda com o avanço da apreciação e votação deste ponto. Os senhores deputados podem ler o Regimento que se refere explicitamente à disponibilização da documentação. Dois dias...

Vogal Pires da Rosa (PS):

“Posso Senhor Presidente? Em primeiro lugar para fazer um reparo a Vexa, porque não tem que fazer nenhuma consideração sobre qualquer votação de qualquer partido nesta casa. Era só o que faltava!

Em segundo, para dizer que se o Senhor Presidente tivesse feito essa explicação antes, com esse cuidado, o deputado António Salavessa eventualmente ainda estaria aqui presente.

E para dizer também que nesse seguimento, de alguma forma também vou solidarizar-me com o deputado Salavessa, também vou sair em consequência.”

Presidente da Mesa:[074](#)

“Senhor deputado, permita-me fazer agora um reparo ao Partido Socialista. Nesse caso tendo feito o esclarecimento formal das questões formais, porque pode sempre haver dúvidas, nós promovemos nos entretantos digamos assim, uma tentativa de conversa e de esclarecimento com o deputado António Salavessa que não se mostrou satisfeito. Mas eu mais do que isso não vou fazer a não ser ler o Regimento e as pessoas tirem as suas conclusões.

Portanto de qualquer forma, quanto a apreciação da votação, em todos estes anos que eu levo de presidente da Assembleia Municipal, é a primeira vez que eu faço um comentário à intervenção de um partido. Apenas porque se basearam na votação numa questão formal sobre a qual nem sequer questionaram a Mesa! É só por esse motivo. Vamos então prosseguir, o ponto foi aprovado.”

(Saiu da Sala o Vogal Pedro Pires da Rosa.)

Ponto 9 – Empreitada de reabilitação do Mercado de Santiago - autorização para a assunção de compromissos plurianuais.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 19/04/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Membros da Assembleia

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁷⁶

“Boa noite Senhor Presidente. Era só um esclarecimento. Tendo havido necessidade de alteração do montante inicialmente orçamentado, da leitura que fiz não ficou claro que valores é que necessitaram de correção?

E também uma pergunta. Nós sabemos que estas obras são necessárias à muito tempo que deviam ter sido recuperadas, terão a duração de dois anos, se foi conversado com os vendedores deste mercado a forma como poderão passar por estas obras sem serem prejudicados. Disse.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente. O que aconteceu, lembrar só, o primeiro concurso ficou deserto, não tivemos candidatos. Fizemos um conjunto de alterações, alguns ajustamentos de projeto também e um aumento do valor da obra e o segundo concurso teve vários candidatos. O documento aliás até já diz qual é a proposta de aumento. A proposta está feita, já foi feita audiência prévia e, enfim, o cuidado deste ponto é para que a câmara possa adjudicar formalmente e o processo seguir para Visto bem. E o que é seguir para visto bem? Nós temos o nosso Orçamento que foi feito em Outubro a contar com uma adjudicação no primeiro concurso. Obviamente que no cronograma de execução orçamental ele está desfasado da realidade. Se isso vai para o Tribunal de Contas com esse desfasamento, chega lá e não temos visto. E, portanto, fazemos por força desta segunda adjudicação, logo que aprovada na Assembleia, ela vai já a reunião de Câmara de 2 de Maio, perderíamos aqui 15 dias se não fosse hoje aprovado, porque não podemos adjudicar na reunião de 2 de Maio, tínhamos de esperar a reunião de 16 de Maio, para que esteja tudo direitinho em termos da relação do cronograma da obra com o seu quadro orçamental, de forma a que o Tribunal vise. Porque se houver essa desconformidade, o que é que ia acontecer? O Tribunal ia devolver, ia dizer senhora Câmara está desconforme com o orçamento e pronto, nós cá viríamos à câmara e à Assembleia Municipal para fazermos aquilo que estamos a fazer hoje. Portanto é isto que está em causa.

No respeito ao que disse, nós temos uma tipologia de gestão da obra que garante o funcionamento do mercado a 100% no rés do chão, na parte do mercado propriamente dita. E quase a 100% no primeiro piso, porque obviamente vai haver momentos em que algumas das operações que lá estão, que são poucas, têm que ter ajustamentos na sua instalação.

No entanto, nós só vamos fechar essa metodologia da obra quando começarmos as reuniões de trabalho com o empreiteiro. É uma empresa que nós não conhecemos. É a primeira vez que esta empresa vem trabalhar connosco, temos boa nota dela, mas não temos experiência direta. E, obviamente, faremos isto sempre, como sempre fazemos, em boa ligação com os nossos parceiros. Nós se não tivéssemos parceiros neste mercado, não fazíamos esta obra. Portanto, a obra vai resolver problemas, enfim, alguns deles graves, como a insalubridade da rede de saneamento básico e, portanto, faremos isto em boa relação o melhor possível, mas a regra base é compatibilizarmos a um nível muito alto, a vivência do mercado com a

execução da obra. É este o quadro que, obviamente, vai ter as definições de pormenor com o trabalho com o nosso empreiteiro ato imediato a termos o Visto.”

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁷⁸ Ponto 9 – Empreitada de reabilitação do Mercado de Santiago - autorização para a assunção de compromissos plurianuais, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CH1+PS5+PAN2), duas abstenções (BE2) e zero votos contra.

Não houve declarações de voto

(Reentraram na sala os Vogais António Manuel Santos Salavessa e Pedro Machado Pires da Rosa.)

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade⁰⁷⁹ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida deu por encerrada a reunião sessão, informando os senhores deputados que a sessão continuará no dia 30 de Abril na sede da Assembleia Municipal.

Eram 00:30 horas do dia 27 de Abril de 2024.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)